



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Desembargador Milton José Neves*

**1º GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS - MANDADO DE SEGURANÇA N.º 0074079-2**

**IMPETRANTE:** OZEAS VIEIRA DA SILVA E OUTROS

**IMPETRADO:** SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E REFORMA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

**RELATOR:** DESEMBARGADOR MILTON JOSÉ NEVES

**ACÓRDÃO N.º 015/2010**

**EMENTA:** DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDORES MILITARES APOSENTADOS. LEI COMPLEMENTAR N.º 32/01. PRELIMINAR DE DESCABIMENTO DA AÇÃO MANDAMENTAL, POR ATUAR COMO SUBSTITUTIVO DE AÇÃO DE COBRANÇA E TER SIDO MANEJADA CONTRA LEI EM TESE. SÚMULAS 269 E 266 DO STF. INOCORRÊNCIA. PRELIMINAR REJEITADA. ALTERAÇÃO DO REGIME REMUNERATÓRIO. VEDAÇÃO À VINCULAÇÃO DE GRATIFICAÇÕES AO VALOR DO SOLDADO. INOCORRÊNCIA DE DECESSO REMUNERATÓRIO. SEGURANÇA DENEGADA. 1. A toda evidência, os impetrantes não utilizam o presente *writ* como ação de cobrança, pois não pleiteiam o pagamento de diferenças em atraso, mas a revisão dos critérios utilizados nos cálculos de seus proventos. 2. A Súmula 266 do STF é clara quando estabelece que não cabe mandado de segurança contra lei em tese. Ocorre que a sua interpretação é no sentido de que a lei inatacável pela via do *mandamus* é a norma jurídica material, geral e abstrata, insuscetível, pois, de causar lesão a direito individual, o que não é o caso dos autos. 3. Preliminar a que se rejeita. 4. Da análise do art. 1º da LC n.º 32/01, infere-se que as gratificações integrantes da remuneração dos militares, outrora pagas em percentuais sobre o valor do soldo, passaram a ser incorporadas ao valor nominal desse, cujo reajuste será dado mediante lei específica ou revisão geral anual. 5. Tem-se que é dado à Administração Pública reger as finanças públicas e regular a estrutura do seu quadro de servidores, desde que, respeitados os direitos adquiridos, não reste configurado decesso remuneratório, o que é o caso dos autos. Com efeito, da análise da documentação ora acostada, verifica-se que, inversamente, houve aumento do valor global dos proventos percebidos. 6. Denegação da segurança.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que figuram as partes acima relacionadas, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores do **Primeiro Grupo de Câmaras Cíveis** do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na forma do relatório e votos constantes das notas taquigráficas a seguir, *por unanimidade, em rejeitar a preliminar de descabimento da ação mandamental, por atuar como substitutivo de ação de cobrança e ter sido manejada contra lei em tese; e, no mérito, por unanimidade, em denegar a segurança, nos termos do voto do Relator.*

Recife, 26 de janeiro de 2010.

*6405*  
*R*  
  
Des. Milton José Neves  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

**1º GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS - MANDADO DE SEGURANÇA N.º 0074079-2**

**IMPETRANTE:** OZEAS VIEIRA DA SILVA E OUTROS

**IMPETRADO:** SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E REFORMA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

**RELATOR:** DESEMBARGADOR MILTON JOSÉ NEVES

**RELATÓRIO**

Cuida-se de mandado de segurança impetrado por *OZEAS VIEIRA DA SILVA E OUTROS* contra ato comissivo do Secretário de Administração e Reforma do Estado de Pernambuco, consubstanciado na Lei Complementar n.º 32/2001, em face da redução do valor de determinadas gratificações percebidas pelos impetrantes, servidores militares aposentados.

Alegam os impetrantes que, em total afronta às garantias constitucionais do direito adquirido e da irredutibilidade de proventos, houve congelamento e redução das gratificações por eles percebidas referentes à moradia, representação, capacidade profissional e representação de função, em virtude da incidência da LC n.º 32/01.

A autoridade coatora, ao prestar suas informações (fls. 111/120), aduz, preliminarmente, a inviabilidade do presente *mandamus*, por atuar como substitutivo de ação de cobrança, bem como por não ser cabível contra lei em tese. Argumenta, outrossim, a possibilidade de modificação da forma de cálculo dos proventos pela Administração, desde que não haja diminuição no valor global ou bruto da remuneração percebida, o que alega ser o caso dos autos.

Parecer da Procuradoria Geral de Justiça pela denegação da segurança (fls. 138/142).

É o relatório. Inclua-se em pauta.

Recife, 2.º / janeiro / 2010

Des. Milton José Neves  
Relator



VOTO

**PRELIMINAR DE DESCABIMENTO DA AÇÃO MANDAMENTAL**

**Ementa: Arguição de descabimento da ação mandamental, por atuar como substitutivo de ação de cobrança e ter sido manejada contra lei em tese. Súmulas 269 e 266 do STF. Inocorrência. Preliminar rejeitada.** 1. A toda evidência, os impetrantes não utilizam o presente *writ* como ação de cobrança, pois não pleiteiam o pagamento de diferenças em atraso, mas a revisão dos critérios utilizados nos cálculos de seus proventos. 2. A Súmula 266 do STF é clara quando estabelece que não cabe mandado de segurança contra lei em tese. Ocorre que a sua interpretação é no sentido de que a lei inatacável pela via do *mandamus* é a norma jurídica material, geral e abstrata, insuscetível, pois, de causar lesão a direito individual, o que não é o caso dos autos. 3. Preliminar a que se rejeita.

A autoridade impetrada suscita preliminar de inviabilidade do presente *mandamus*, por considerar ter sido interposto como substitutivo de ação de cobrança, além de ter sido manejado contra lei em tese.

Afastando a preliminar suscitada, adoto os termos do Parecer Ministerial de fls. 138/142, *in verbis*:

*Tal preliminar é insustentável. A toda evidência, os impetrantes não estão utilizando o presente writ como ação de cobrança, pois não pleiteiam o pagamento de diferenças em atraso, mas a revisão dos critérios utilizados nos cálculos de seus proventos.*

*Portanto, não há qualquer incompatibilidade entre o remédio jurídico utilizado e o objeto da lide.*

*Outrossim, também não merece prosperar a alegação de não cabimento da impetração, por insurgir-se contra lei em tese.*

*A Súmula 266 do STF é clara quando estabelece que não cabe mandado de segurança contra lei em tese. Ocorre que a sua interpretação é no sentido de*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

*que a lei inatacável pela via do mandamus é a norma jurídica material, geral e abstrata, insuscetível, pois, de causar lesão a direito individual.*

*Assim, o mandado de segurança não é admissível contra lei em tese. "Todavia, idôneo se a lei gera situação específica e pessoal, sendo, por si só, causa de probabilidade de ofensa a direito individual" (STJ – RESP 1482 – Min. Vicente Cernicchiaro, DJU 18.12.1989, p. 18.473).*

*A respeito do tema, registro, ainda, o seguinte julgado:*

*Mandado de Segurança. Lei em tese. Afasta-se a preliminar porquanto a fixação de critério de cálculo gera efeitos concretos lesivos a direitos individuais. (STJ/MS 414/415, Rel. Min. Pedro Aciole, DJU 17.9.90, P. 9500)*

Ante o exposto, rejeito a preliminar suscitada.



## MÉRITO

**Ementa: Direito Constitucional e Administrativo. Mandado de Segurança. Servidores militares aposentados. Lei Complementar n.º 32/01. Alteração do regime remuneratório. Vedação à vinculação de gratificações ao valor do soldo. Inocorrência de decesso remuneratório. Segurança denegada.** 4. Da análise do art. 1º da LC n.º 32/01, infere-se que as gratificações integrantes da remuneração dos militares, outrora pagas em percentuais sobre o valor do soldo, passaram a ser incorporadas ao valor nominal desse, cujo reajuste será dado mediante lei específica ou revisão geral anual. 2. Tem-se que é dado à Administração Pública reger as finanças públicas e regular a estrutura do seu quadro de servidores, desde que, respeitados os direitos adquiridos, não reste configurado decesso remuneratório, o que é o caso dos autos. Com efeito, da análise da documentação ora acostada, verifica-se que, inversamente, houve aumento do valor global dos proventos percebidos. 3. Denegação da segurança.

Compulsando os autos, vislumbro inexistir direito líquido e certo a amparar o pleito dos impetrantes. Por oportuno, destaco o art. 1º da LC n.º 32/01, que dispõe sobre a remuneração dos servidores militares estaduais:

*Art. 1º. Todas as parcelas remuneratórias, compreendidas como tais as gratificações, os adicionais, as indenizações, e quaisquer outros acréscimos pecuniários, a qualquer título, percebidos pelos membros da Polícia Militar do Estado, Casa Militar e Corpo de Bombeiros Militar do Estado, sejam ativos, reformados, da reserva remunerada ou ainda as parcelas ou acréscimos que compõem as pensões dos pensionistas, passam a corresponder aos valores nominais referentes ao mês de março de 2001, sendo reajustáveis por lei específica ou por lei que disponha sobre revisão geral de remuneração dos agentes públicos estaduais, ficando expressamente vedada a vinculação de quaisquer vantagens remuneratórias, parcelas ou acréscimos pecuniários ao soldo.*

*§ 1º. Excetuem-se da previsão do caput deste artigo, a gratificação adicional de tempo de serviço e o adicional de inatividade dos militares estaduais que possuam direito adquirido à sua percepção, os quais continuam a ser calculados na forma de percentual nos termos da lei.*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

Da análise dos dispositivos supracitados, infere-se que as gratificações integrantes da remuneração dos militares, outrora pagas em percentuais sobre o valor do soldo, passaram a ser incorporadas ao valor nominal desse, cujo reajuste será dado mediante lei específica ou revisão geral anual.

Nesse cenário, tem-se que é dado à Administração Pública reger as finanças públicas e regular a estrutura do seu quadro de servidores, desde que, respeitados os direitos adquiridos, não reste configurado decesso remuneratório, o que é o caso dos autos. Com efeito, da análise da documentação ora acostada, verifico que, inversamente, houve aumento do valor global dos proventos percebidos.

Nesse diapasão, colaciono ementa de julgado desta Corte de Justiça perfeitamente aplicável ao caso, senão vejamos:

*EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. PROVENTOS DE APOSENTADORIA. GRATIFICAÇÃO POR SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS. POLICIAIS MILITARES. LEIS COMPLEMENTARES Nº'S 32/01 E 59/05. VEDAÇÃO DA VINCULAÇÃO DE QUAISQUER VANTAGENS AO VALOR DO SOLDADO. INEXISTÊNCIA DE DECESSO REMUNERATÓRIO. VALORES INCORPORADOS AO SOLDADO. DISCRICIONARIEDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM REGULAR O REGIME DE REMUNERAÇÃO DOS SEUS SERVIDORES. AGRAVO PROVIDO. 1. Da literalidade da Lei nº 10.426 e da LC nº 27/99, infere-se que eram estendidas aos militares da ativa, dentre outras gratificações, a de Serviço Extraordinário, devida em função do exercício de atividades que, pela peculiaridade, duração, vulto ou natureza, requeressem uma carga horária diária superior à das jornadas de trabalho normal da Corporação. 2. Com a entrada em vigor da Lei Complementar nº 27/99, foi instituída a denominada gratificação de incentivo, como estímulo aos militares estaduais em efetivo exercício de determinadas atividades inerentes aos órgãos de segurança e defesa do Estado de Pernambuco, a qual, por sua vez, por possuir a mesma essência da Gratificação de Serviço Extraordinário, veio para substituí-la. 3. Do contexto probatório dos presentes autos, sobretudo das declarações e certidões de fls. 34, 41, 48, 56, 62 e 69/70, deflui que os agravados vinham regularmente percebendo a Gratificação de Serviço Extraordinário, quando, a partir de março de 2000, face à instituição da gratificação de incentivo, passaram a dela fazer jus, até junho de 2004, quando entrou em vigor as*

5



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

244

disposições da Lei Complementar nº 59/04, que expressamente obstou a vinculação de quaisquer vantagens remuneratórias ao soldo, determinando, outrossim, a extinção de várias gratificações, dentre elas a de incentivo, incorporando-as ao valor nominal do soldo. 4. Com a entrada em vigor, pois, da Lei Complementar nº 032/01 vedou-se, expressamente, a vinculação de quaisquer vantagens remuneratórias, parcelas ou acréscimos pecuniários percebidos pelos policiais militares, ativos ou reformados, determinando, outrossim, que as mesmas passariam a corresponder aos valores nominais referentes ao mês de março de 2001, sendo reajustáveis por lei específica. 5. Com a edição da Lei Complementar nº 059/04, por sua vez, as gratificações que antes compunham a remuneração dos militares, outrora incidentes sob a forma de rubrica própria, pagas em percentuais sobre o valor do soldo, foram extintas, dentre elas a gratificação de incentivo, e passaram a ser incorporadas ao valor nominal deste, cujo reajuste passou a dar-se mediante lei específica ou revisão geral anual. 6. O Estado de Pernambuco, ao assim agir, não promoveu decesso remuneratório, eis que, embora as rubricas referentes às gratificações, adicionais e acréscimos não mais constem expressamente dos contra-cheques dos servidores militares e dos demonstrativos de pagamento dos proventos de aposentadoria e pensão, o valor da remuneração global não sofreu decréscimo, eis que os seus valores passaram a se incorporar ao soldo, que, em consequência, passou a ter valor nominal bem maior. 7. É cediço que os servidores públicos não têm direito adquirido à regime jurídico, dada a discricionariedade conferida à Administração Pública para alterar as normas reitoras do regime jurídico de seus servidores, sendo-lhe vedado, tão somente, ocasionar a redução do montante global dos vencimentos desses servidores, ensejando, em consequência, a ofensa a direitos adquiridos. 8. Ao impugnar atos administrativos praticados com fulcro em lei que altera a forma de sua remuneração, os servidores públicos façam, prefacialmente, prova do decesso remuneratório sofrido, de modo que, preservado o quantum do total por eles percebido, não há que se falar em prática de ato abusivo ou ilegal. 9. Na lide em apreço, verifica-se das provas acostadas aos autos, sobretudo dos demonstrativos de pagamento acostados às fls. 35, 44, 49, 52, 57, 64 e 72 e documentos de fls. 43, 58, 63 e 71, que inexistiu decesso remuneratório, mas, pelo contrário, evolução patrimonial, levando-se em consideração o valor nominal do total das vantagens, o que se constata de uma simples vista d'olhos nos citados documentos. 10. À unanimidade de votos, deu-se provimento ao presente agravo de instrumento.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

(TJPE. 7ª Câmara Cível. Agravo de Instrumento n. 178411-8. Relator Luiz Carlos Figueiredo. J. 10/3/2009)

Desta feita, consoante trecho elucidativo do Parecer Ministerial, tem-se que “o único óbice à consolidação dos novos critérios remuneratórios estabelecidos por intermédio da Lei Complementar n.º 032/2001, em substituição aos critérios materializados por ocasião do decreto de aposentadoria dos impetrantes, seria a ocorrência de decréscimo remuneratório”, o que não ocorreu no caso em tela.

Em face do exposto, voto pela denegação da segurança.

É como voto.